(378/2021-E)

Ação movida por auxiliar visando à condenação do ex-titular da delegação correspondente ao [redacted] Tabelião de Notas da Comarca da Capital, do [redacted] "Tabelionato" de Notas e da Fazenda do Estado de São Paulo no pagamento de indenizações pela rescisão do contrato de trabalho – Funcionário contratado por particular, embora submetido ao regime estatutário, sem manutenção de vínculo empregatício com o Estado – Delegação que teve o acervo recolhido, com suspensão de suas atividades – Inexistência de sucessão entre o ex-titular e o Estado.

Excelentíssimo Senhor Corregedor Geral da Justiça:

Trata-se de solicitação de subsídios, formulada pela Procuradoria Geral do Estado, visando à apresentação de defesa nos autos de Procedimento Comum - Ação de conhecimento condenatório n.º 1007869-37.2020.8.26.0053, em curso na 16º Vara da Fazenda Pública da Comarca da Capital, movida por [redacted] contra [redacted] o [redacted] TABELIÃO DE NOTAS DA COMARCA DE SÃO PAULO e o ESTADO DE SÃO PAULO.

1. DA AÇÃO PROPOSTA

[redacted] move ação em que pretende a condenação do Estado de São Paulo e outros, no pagamento de

O original deste documento é eletrônico e foi assinado digitalmente por LETICIA FRAGA BENITEZ (26/10/21).
Para verificar a autenticidade desta cópia impressa, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/atendimento/abrirConferenciaDocOriginal.do e informe o processo 2021/00110286 e o código S7P09JC2.

verbas trabalhistas, quinquênios e licenças-prêmio em razão da rescisão do contrato de trabalho mantido com o Sr. [redacted] que foi titular da delegação correspondente ao [redacted] Tabelião de Notas da Comarca de São Paulo (p. 10-14 e 23).

Afirma que foi contratado para a função de preposto auxiliar, pelo regime estatutário, em 16 de maio de 1994, e que seu contrato de trabalho foi rescindido a partir de 2 de abril de 2019, em virtude da suspensão das atividades da serventia (p. 7 e 12).

2. DO REGIME JURÍDICO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS PELOS NOTÁRIOS E REGISTRADORES

A Constituição Federal de 1988, em seu art. 236, *caput*, dispõe que: "*Os serviços notariais e de registro são exercidos em caráter privado, por delegação do Poder Público*".

Conforme a ordem constitucional vigente, as delegações de notas e de registro outorgadas em favor de particulares não constituem e não se confundem com cargos públicos estruturados em carreira ou classes.

Em consequência, os notários e registradores, titulares de delegações outorgadas a particulares, não são considerados servidores públicos em sentido estrito, isto é, detentores de cargos públicos.

Luis Paulo Aliende Ribeiro, em aprofundado estudo, bem caracteriza o regime vigente quando afirma:

O original deste documento é eletrônico e foi assinado digitalmente por LETICIA FRAGA BENITEZ (26/10/21).
Para verificar a autenticidade desta cópia impressa, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/atendimento/abrirConferenciaDocOriginal.do e informe o processo 2021/00110286 e o código S7P09JC2.

"*A imposição do regime privado de execução, vedada expressamente a atuação estatal direta, caracteriza o exercício privado de função pública e acrescenta um dado a mais para a demonstração de que a atividade notarial e de registros apresenta peculiaridades que a diferenciam de quaisquer outras, singularidade que emerge do estudo mais detalhado* ***dessas profissões oficiais ou profissões públicas independentes****.*

O exercício necessariamente privado ocorre no campo destinado à gestão privada, ou seja, na atuação jurídica dos notários e registradores, o que, quanto à organização geral dos serviços e à relação de sujeição especial que liga os delegados ao Poder Público outorgante, não afasta o regime jurídico de direito público e a natureza estatal desta singular atividade de atribuição da fé pública e da publicidade oficial a atos, contratos e direitos de terceiros.

A gestão privada, isoladamente considerada, não permite, por este motivo, a caracterização da atividade notarial e de registros como atividade econômica em sentido estrito, permanecendo, em face do parcial regime jurídico de direito público, sua natureza de serviço público.

Mas os notários e registradores, embora exercentes da função pública, não são funcionários públicos, nem ocupam cargos públicos efetivos, tampouco se confundem com os servidores e funcionários públicos integrantes da estrutura administrativa estatal. Por desempenharem função que somente se justifica a partir da presença do

O original deste documento é eletrônico e foi assinado digitalmente por LETICIA FRAGA BENITEZ (26/10/21).
Para verificar a autenticidade desta cópia impressa, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/atendimento/abrirConferenciaDocOriginal.do e informe o processo 2021/00110286 e o código S7P09JC2.

Estado – o que afasta a idéia de atividade exclusivamente privada –, inserem-se na ampla categoria de ***agentes públicos****, nos termos acolhidos de forma pacífica pela doutrina brasileira de direito administrativo*" (*Regulação da função pública notarial e de registro*, São Paulo: Saraiva, 2008, p. 53/54).

Por não serem titulares de cargos públicos, o Eg. Supremo Tribunal Federal fixou sua jurisprudência no sentido de que os notários e registradores não estão sujeitos à aposentadoria compulsória aos setenta anos de idade (como ocorre com os funcionários públicos), como se verifica, entre vários outros, no v. acórdão prolatado pelo Pleno do Egrégio Supremo Tribunal Federal na Rcl. 5526 AgR, de que foi Relator o Exmo. Min. Ricardo Lewandowski, julgado em 25/6/2008 (DJe-152, Divulg. 14-8-2008, Public. 15-8-2008, EMENT VOL-02328-01, pp-00190), e no v. acórdão prolatado na ADI n.º 2602/MG, de que foi Relator o Exmo. Ministro Joaquim Barbosa, sendo Relator para o Acórdão o Exmo. Min. Eros Grau, em que decidido:

"*EMENTA: AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. PROVIMENTO N. 055/2001 DO CORREGEDOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS. NOTÁRIOS E REGISTRADORES. REGIME JURÍDICO DOS SERVIDORES PÚBLICOS. INAPLICABILIDADE. EMENDA CONSTITUCIONAL N. 20/98. EXERCÍCIO DE ATIVIDADE EM CARÁTER PRIVADO POR DELEGAÇÃO DO PODER PÚBLICO. INAPLICABILIDADE DA APOSENTADORIA*

O original deste documento é eletrônico e foi assinado digitalmente por LETICIA FRAGA BENITEZ (26/10/21).
Para verificar a autenticidade desta cópia impressa, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/atendimento/abrirConferenciaDocOriginal.do e informe o processo 2021/00110286 e o código S7P09JC2.

COMPULSÓRIA AOS SETENTA ANOS. INCONSTITUCIONALIDADE.

1. O artigo 40, § 1º, inciso II, da Constituição do Brasil, na redação que lhe foi conferida pela EC 20/98, está restrito aos cargos efetivos da União, dos Estados-membros, do Distrito Federal e dos Municípios --- incluídas as autarquias e fundações.

2. Os serviços de registros públicos, cartorários e notariais são exercidos em caráter privado por delegação do Poder Público --- serviço público não-privativo.

3. Os notários e os registradores exercem atividade estatal, entretanto não são titulares de cargo público efetivo, tampouco ocupam cargo público. Não são servidores públicos, não lhes alcançando a compulsoriedade imposta pelo mencionado artigo 40 da CB/88 --- aposentadoria compulsória aos setenta anos de idade.

4. Ação direta de inconstitucionalidade julgada procedente" (Tribunal Pleno, julgado em 24/11/2005, DJ 31-03-2006 PP-00006 EMENT VOL-02227-01 PP-00056).

Por igual razão os notários e registradores, titulares de delegações outorgadas a particulares, não estão sujeitos ao teto remuneratório previsto no art. 37, inciso XI, da Constituição Federal, mas submetem-se ao regime de remuneração da prestação do serviço mediante recebimento de emolumentos que são fixados na legislação específica, observadas as normas gerais previstas na Lei n.º 10.169/2000.

O original deste documento é eletrônico e foi assinado digitalmente por LETICIA FRAGA BENITEZ (26/10/21).
Para verificar a autenticidade desta cópia impressa, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/atendimento/abrirConferenciaDocOriginal.do e informe o processo 2021/00110286 e o código S7P09JC2.

3. DA INCORREÇÃO DA CARACTERIZAÇÃO DA DELEGAÇÃO PARA OUTORGA DO SERVIÇO PÚBLICO COMO EMPRESA

Os serviços extrajudiciais de notas e de registro são prestados por particulares, profissionais do direito, mediante delegação pelo poder público.

A delegação, conforme a ordem constitucional vigente, não equivale a cargo e não se confunde com estabelecimento empresarial. Sua outorga é realizada mediante aprovação em concurso público de provas e títulos, mas a particulares que prestam os serviços sem perder essa qualidade, como disposto no § 3º do art. 236 da Constituição Federal:

> "*Art. 236. Os serviços notariais e de registro são exercidos em **caráter privado**, por delegação do Poder Público.*
>
> (...)
>
> *§ 3º O ingresso na atividade notarial e de registro depende de concurso público de provas e títulos, não se permitindo que qualquer serventia fique vaga, sem abertura de concurso de provimento ou de remoção, por mais de seis meses*".

Diante dessa norma, cada nova outorga de delegação constitui forma originária de início da prestação do serviço público delegado, sendo a delegação sempre outorgada a um particular.

Por esse motivo as delegações não se confundem com empresa, não podendo esse fundamento servir para o efeito de sucessão

O original deste documento é eletrônico e foi assinado digitalmente por LETICIA FRAGA BENITEZ (26/10/21).
Para verificar a autenticidade desta cópia impressa, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/atendimento/abrirConferenciaDocOriginal.do e informe o processo 2021/00110286 e o código S7P09JC2.

trabalhista que imponha ao Estado, ou ao novo titular da delegação, responsabilidade por verbas trabalhistas não pagas pelo anterior titular.

4. DO REGIME JURÍDICO DOS PREPOSTOS (AUXILIARES E ESCREVENTES) DAS DELEGAÇÕES DE NOTAS E DE REGISTRO

Em conformidade com a natureza da prestação do serviço pelo regime da outorga de delegação a particulares, o art. 21 da Lei n.º 8.935/94 prevê que:

> "***O gerenciamento administrativo e financeiro dos serviços notariais e de registro é da responsabilidade exclusiva do respectivo titular, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, investimento e pessoal, cabendo-lhe estabelecer normas, condições e obrigações relativas à atribuição de funções e de remuneração de seus prepostos*** *de modo a obter a melhor qualidade na prestação dos serviços*" (grifei).

Por igual razão, o art. 20 da Lei n.º 8.935/94 dispõe que os notários e registradores titulares de delegação podem livremente contratar escreventes e auxiliares, com remuneração livremente ajustada e pelo regime da legislação do trabalho, e dentre eles escolher os seus substitutos:

> "*Art. 20. Os notários e os oficiais de registro poderão, para o desempenho de suas funções, contratar escreventes, dentre eles escolhendo os substitutos, e auxiliares como*

O original deste documento é eletrônico e foi assinado digitalmente por LETICIA FRAGA BENITEZ (26/10/21).
Para verificar a autenticidade desta cópia impressa, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/atendimento/abrirConferenciaDocOriginal.do e informe o processo 2021/00110286 e o código S7P09JC2.

empregados, ***com remuneração livremente ajustada e sob o regime da legislação do trabalho***"(grifei).

Portanto, os prepostos auxiliares e escreventes não prestam concurso público para sua contratação e não mantém vínculo empregatício com o Estado.

Os prepostos escreventes e auxiliares, de igual modo, **não** são titulares de cargos públicos, e por esse motivo **não** estão sujeitos às penalidades administrativas previstas no Estatuto do Funcionário Público e no art. 32 da Lei n.º 8.935/94 que expressamente dispõe, em seu *caput*, que as penas que especifica em rol taxativo somente podem ser aplicadas aos notários e registradores:

"*Os notários e os oficiais de registro estão sujeitos, pelas infrações que praticarem, assegurado amplo direito de defesa, às seguintes penas*".

5. DOS PREPOSTOS CONTRATADOS PELO REGIME ESTATUTÁRIO

Assim como os notários e registradores titulares de delegação, no Estado de São Paulo os auxiliares e escreventes do serviço extrajudicial de notas e de registro **não** são titulares de cargos públicos.

Ao contrário, os auxiliares e escreventes estão vinculados aos titulares de delegações que são responsáveis pelas contratações, fixação e pagamento dos salários, atribuição de funções e demissões.

O original deste documento é eletrônico e foi assinado digitalmente por LETICIA FRAGA BENITEZ (26/10/21).
Para verificar a autenticidade desta cópia impressa, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/atendimento/abrirConferenciaDocOriginal.do e informe o processo 2021/00110286 e o código S7P09JC2.

Portanto, no Estado de São Paulo, os escreventes e os auxiliares dos serviços de notas e de registro se distinguem entre estatutários e celetistas para efeitos de aposentadoria e remuneração pelo empregador, assim como para fixação dos valores devidos em razão de demissão imotivada, pois em favor dos primeiros não há recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS.

Quanto à aposentadoria, os prepostos estatutários se distinguem dos celetistas porque a recebem do Instituto de Previdência a que promoveram as respectivas contribuições, ao passo que os celetistas a recebem do INSS – Instituto Nacional do Seguro Social.

Para ambos, porém, a obtenção da aposentadoria depende do atendimento dos requisitos fixados pelos órgãos competentes, em que se incluem idade e número de contribuições, sendo a aposentadoria desvinculada do exercício de cargo ou função pública.

6. DA ATIVIDADE DA CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA NO CONTROLE DOS PREPOSTOS DAS UNIDADOS DOS SERVIÇOS EXTRAJUDICIAIS DE NOTAS E DE REGISTRO

Pela não submissão dos prepostos (escreventes e auxiliares) às penas disciplinares previstas no Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado de São Paulo e no art. 32 da Lei n.º 8.935/94, e da autonomia dos titulares das delegações para o gerenciamento administrativo e financeiro dos serviços de notas e de registro e para a contratação de prepostos (arts. 20 e 21 da Lei n.º 8.935/94), as Normas de Serviço da Corregedoria da Justiça não disciplinam os requisitos para

O original deste documento é eletrônico e foi assinado digitalmente por LETICIA FRAGA BENITEZ (26/10/21).
Para verificar a autenticidade desta cópia impressa, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/atendimento/abrirConferenciaDocOriginal.do e informe o processo 2021/00110286 e o código S7P09JC2.

contratação de prepostos por titulares de delegações, bem como não preveem a intervenção da Corregedoria Geral da Justiça, ou do Tribunal de Justiça, nas demissões desses prepostos.

Bem por isso, o então Corregedor Geral da Justiça, Exmo. Desembargador Luís de Macedo, aprovou, no Proc. CG n.º 1252/01, r. parecer que foi apresentado pelo Juiz Auxiliar da Corregedoria, hoje Desembargador Marcelo Fortes Barbosa Filho, que teve a seguinte fundamentação:

> "**Quanto à situação dos escreventes e auxiliares, não seria possível, aos órgãos superiores do Poder Judiciário do Estado de São Paulo, no âmbito de sua atuação administrativa, disciplinar e emitir normas e comandos acerca das relações de trabalho relativas a tais prepostos, sob pena de ser contrariado o disposto no artigo 21 da Lei Federal 8.935/94, o qual explicita a autonomia e a independência do gerenciamento administrativo, financeiro e de pessoal dos serviços delegados notariais e de registro.**
>
> **Assim, quando editado o Provimento CSM 747/00, restou implícita a preocupação em não extravasar os limites da atividade censória e organizacional conferida aos órgãos superiores do Poder Judiciário, motivo pelo qual, sob a forma de um 'silêncio eloquente', não foram editadas normas relativas à alocação de prepostos e a suas relações contratuais**".

O original deste documento é eletrônico e foi assinado digitalmente por LETICIA FRAGA BENITEZ (26/10/21).
Para verificar a autenticidade desta cópia impressa, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/atendimento/abrirConferenciaDocOriginal.do e informe o processo 2021/00110286 e o código S7P09JC2.

7. DAS VERBAS TRABALHISTAS

Por não exercerem cargo ou função pública, os escreventes e auxiliares dos titulares de delegações de notas e de registro recebem suas remunerações de seus respectivos empregadores que são os particulares a que os serviços notariais e de registro foram delegados mediante aprovação em concurso público.

Portanto, o pagamento das verbas trabalhistas é de responsabilidade exclusiva do empregador, ou seja, do particular que exerce a delegação por outorga do Poder Público.

8. DA DIFERENÇA ENTRE INTERVENTOR E INTERINO

O Sr. [redacted] foi contratado pelo Sr. [redacted] durante o período em que exerceu o gerenciamento administrativo e financeiro da delegação correspondente ao [redacted] Tabelião de Notas da Comarca da Capital.

A instauração de processo administrativo disciplinar e o afastamento provisório do Sr. [redacted] ocorridos antes de sua aposentadoria, **não** correspondeu à vacância da delegação e **não** implicou na existência de sucessão trabalhista com o Estado.

A extinção da delegação outorgada a particular somente ocorre nas hipóteses do art. 39 da Lei n.º 8.935/94 que são: "...*I* -

O original deste documento é eletrônico e foi assinado digitalmente por LETICIA FRAGA BENITEZ (26/10/21).
Para verificar a autenticidade desta cópia impressa, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/atendimento/abrirConferenciaDocOriginal.do e informe o processo 2021/00110286 e o código S7P09JC2.

morte; II - aposentadoria facultativa; III - invalidez; IV - renúncia; V - perda, nos termos do art. 35".

No curso de processo administrativo disciplinar o Juiz competente pode determinar o afastamento preventivo do oficial de registro ou do notário que, porém, continuará com a qualidade de titular da delegação, com direito ao recebimento da metade da renda durante o período de afastamento, e à sua totalidade se ao final do processo não for aplicada a pena de perda da delegação, como previsto no art. 36 da Lei n.º 8.935/97:

> "*Art. 36. Quando, para a apuração de faltas imputadas a notários ou a oficiais de registro, for necessário o afastamento do titular do serviço, poderá ele ser suspenso, preventivamente, pelo prazo de noventa dias, prorrogável por mais trinta.*
>
> *§ 1º Na hipótese do caput, o juízo competente designará interventor para responder pela serventia, quando o substituto também for acusado das faltas ou quando a medida se revelar conveniente para os serviços.*
>
> *§ 2º Durante o período de afastamento, o titular perceberá metade da renda líquida da serventia; outra metade será depositada em conta bancária especial, com correção monetária.*
>
> *§ 3º Absolvido o titular, receberá ele o montante dessa conta; condenado, caberá esse montante ao interventor*".

O original deste documento é eletrônico e foi assinado digitalmente por LETICIA FRAGA BENITEZ (26/10/21).
Para verificar a autenticidade desta cópia impressa, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/atendimento/abrirConferenciaDocOriginal.do e informe o processo 2021/00110286 e o código S7P09JC2.

Durante o período de afastamento preventivo, o preposto substituto, que é funcionário contratado pelo tabelião e por esse nomeado para substituí-lo (art. 20, § 5º, da Lei n.º 8.935/97), responde pela delegação como interventor, mas, reitero, nesse período a delegação continua provida:

> "*Art. 20. Os notários e os oficiais de registro poderão, para o desempenho de suas funções, contratar escreventes, dentre eles escolhendo os substitutos, e auxiliares como empregados, com remuneração livremente ajustada e sob o regime da legislação do trabalho.*
>
> *§ 1º Em cada serviço notarial ou de registro haverá tantos substitutos, escreventes e auxiliares quantos forem necessários, a critério de cada notário ou oficial de registro.*
>
> *§ 2º Os notários e os oficiais de registro encaminharão ao juízo competente os nomes dos substitutos.*
>
> *§ 3º Os escreventes poderão praticar somente os atos que o notário ou o oficial de registro autorizar.*
>
> *§ 4º Os substitutos poderão, simultaneamente com o notário ou o oficial de registro, praticar todos os atos que lhe sejam próprios exceto, nos tabelionatos de notas, lavrar testamentos.*
>
> *§ 5º Dentre os substitutos, um deles será designado pelo notário ou oficial de registro para responder pelo*

O original deste documento é eletrônico e foi assinado digitalmente por LETICIA FRAGA BENITEZ (26/10/21).
Para verificar a autenticidade desta cópia impressa, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/atendimento/abrirConferenciaDocOriginal.do e informe o processo 2021/00110286 e o código S7P09JC2.

respectivo serviço nas ausências e nos impedimentos do titular" (grifei).

Desse modo, durante o período de afastamento preventivo o Sr. [redacted] continuou a exercer, ou ser titular, da delegação correspondente ao [redacted] Tabelião de Notas da Comarca de São Paulo.

9. DA SUSPENSÃO DAS ATIVIDADES E RECOLHIMENTO DO ACERVO

Em atividade correcional foi constatada a inviabilidade financeira da manutenção da prestação dos serviços correspondentes ao [redacted] Tabelião de Notas da Comarca da Capital, pela insuficiência da sua renda para o custeio das despesas com o quadro de funcionários contratados pelo Sr. [redacted] e com a estrutura administrativa que livremente implantou (arts. 20 e 21 da Lei n.º 8.935/94).

Para permitir a adequada conservação do acervo e para **afastar a existência de sucessão** entre o Sr. [redacted] e o Poder Público, em razão da inviabilidade de manutenção da estrutura gerencial e de funcionários implantada pelo Sr. [redacted] foi realizado o recolhimento do acervo (livros, papéis, "softwares" e demais itens de domínio público) a outro Tabelião de Notas da Comarca da Capital.

O recolhimento do acervo abrangeu os livros legais e normativos, os documentos, "softwares" e demais bens que são de domínio

O original deste documento é eletrônico e foi assinado digitalmente por LETICIA FRAGA BENITEZ (26/10/21).
Para verificar a autenticidade desta cópia impressa, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/atendimento/abrirConferenciaDocOriginal.do e informe o processo 2021/00110286 e o código S7P09JC2.

público, sem implicar na recepção dos funcionários que não prestaram serviço público delegado a partir da data da extinção da delegação em razão da aposentadoria do Sr. [redacted]

Por sua vez, a suspensão da prestação dos serviços de delegação de notas e de registro, com recolhimento do acervo, é medida prevista no art. 7º, § 2º, letras "e" e "f", da Resolução n.º 80/2009, do Col. Conselho Nacional de Justiça:

> "*Art. 7º - Os Tribunais de Justiça dos Estados e do Distrito Federal e Territórios formalizarão, no prazo de 30 dias a contar da publicação desta resolução, por decisão fundamentada, proposta de acumulações e desacumulações dos serviços notariais e de registro vagos (artigos 26 e 49 da Lei n. 8.935/1994), a qual deverá ser encaminhada à Corregedoria Nacional de Justiça;*
>
> *§ 1º Sempre que necessário, e também por meio de decisão fundamentada, serão propostas as providências previstas no art. 26, parágrafo único, da Lei Federal 8.935/94.*
>
> *§ 2º Serão observados os seguintes critérios objetivos para as acumulações e desacumulações que devam ser feitas nas unidades vagas do serviço de notas e de registro, assim como acima declaradas:*
>
> *a) nas Comarcas de pequeno movimento, quando não estiver assegurada a autonomia financeira, poderão ser acumuladas, excepcionalmente, em decisão fundamentada,*

O original deste documento é eletrônico e foi assinado digitalmente por LETICIA FRAGA BENITEZ (26/10/21).
Para verificar a autenticidade desta cópia impressa, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/atendimento/abrirConferenciaDocOriginal.do e informe o processo 2021/00110286 e o código S7P09JC2.

todas as especialidades do serviço de notas e de registro, em uma única unidade;

b) nas demais Comarcas, observado o movimento dos serviços de notas e de registro, sempre que possível serão criadas unidades especializadas, evitando-se a acumulação de mais de uma das competências deferidas a notários e registradores na Lei Federal 8.935/94;

c) nas Comarcas que não comportem uma unidade para cada uma das especialidades, os serviços serão organizados de modo que os tabelionatos (tabeliães de notas e tabeliães de protestos) sejam acumulados em uma ou mais unidades; enquanto os serviços de registro (imóveis, títulos e documentos, civil de pessoa natural e civil das pessoas jurídicas, e os outros previstos na lei) componham uma ou mais unidades diversas daquelas notariais;

d) não serão acumulados, salvo na exceção da alínea "a" deste § 2º, serviços de notas e de registro na mesma unidade do serviço notarial ou registral;

e) nos casos em que houver excesso de unidades da mesma especialidade vagas, comprometendo a autonomia financeira do serviço de notas e de registro, o acervo da mais nova poderá ser recolhido ao acervo da mais antiga da mesma especialidade, evitando-se o excesso de unidades de notas, ou de registro, funcionando na mesma comarca desnecessariamente;

O original deste documento é eletrônico e foi assinado digitalmente por LETICIA FRAGA BENITEZ (26/10/21).
Para verificar a autenticidade desta cópia impressa, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/atendimento/abrirConferenciaDocOriginal.do e informe o processo 2021/00110286 e o código S7P09JC2.

f) a fim de garantir o fácil acesso da população ao serviço de registro civil das pessoas naturais, as unidades vagas existentes nos municípios devem ser mantidas e levadas a concurso público de provas e títulos. ***No caso de não existir candidato, e for inconveniente para o interesse público a sua extinção, será designado para responder pela unidade do serviço vaga o titular da unidade de registro mais próxima, podendo ser determinado o recolhimento do acervo para a sua sede e atendendo-se a comunidade interessada mediante serviço itinerante periódico, até que se viabilize o provimento da unidade vaga***".

No Estado de São Paulo atualmente existem 72 (setenta e duas) delegações de Registro Civil das Pessoas Naturais e Tabelião de Notas com a prestação dos serviços suspensa e com o acervo recolhido com o de outra delegação.

Não se cuida, portanto, de situação inusitada.

10. DAS DEMAIS INFORMAÇÕES SOLICITADAS

Neste caso concreto também prevalecem as demais informações que decorrem das certidões e documento de fl. 26, no sentido de que:

a) o Sr. [redacted] foi contratado como preposto escrevente pelo Sr. [redacted] em 16/5/1994;

O original deste documento é eletrônico e foi assinado digitalmente por LETICIA FRAGA BENITEZ (26/10/21).
Para verificar a autenticidade desta cópia impressa, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/atendimento/abrirConferenciaDocOriginal.do e informe o processo 2021/00110286 e o código S7P09JC2.

b) esta Corregedoria Geral da Justiça não possui informações relativas ao período de exercício reclamado pelo funcionário, porque esta **não** mantém vínculo empregatício com o Estado.

11. CONCLUSÃO

Este é o parecer que submeto à elevada apreciação de Vossa Excelência.

Se aprovado, proponho a remessa de cópia do parecer, bem como das informações e documentos de p. 26-45.

Sub censura.

São Paulo, 21 de outubro de 2021.

LETICIA FRAGA BENITEZ
Juíza Assessora da Corregedoria

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

O original deste documento é eletrônico e foi assinado digitalmente por LETICIA FRAGA BENITEZ (26/10/21).
Para verificar a autenticidade desta cópia impressa, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/atendimento/abrirConferenciaDocOriginal.do e informe o processo 2021/00110286 e o código S7P09JC2.

CONCLUSÃO

Em 25 de outubro de 2021, conclusos ao Excelentíssimo Senhor Desembargador **RICARDO ANAFE**, DD. Corregedor Geral da Justiça do Estado de São Paulo.

Vistos.

Aprovo o parecer da MM. Juíza Assessora da Corregedoria e, por seus fundamentos, que adoto, determino seu encaminhamento, bem como desta decisão e das cópias pertinentes à Procuradoria Geral do Estado.

Cumpra-se.

Após, arquive-se.

São Paulo, 25 de outubro de 2021.

RICARDO ANAFE
Corregedor Geral da Justiça

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

O original deste documento é eletrônico e foi assinado digitalmente por RICARDO MAIR ANAFE (25/10/21).
Para verificar a autenticidade desta cópia impressa, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/atendimento/abrirConferenciaDocOriginal.do e informe o processo 2021/00110286 e o código RDV4771C.